



Missão de Avaliação Regional da África Austral

Angola



**UNIVERSITY
OF OSLO**

Norwegian Centre for Human Rights



Irish Aid

Government of Ireland
Rialtas na hÉireann

Tabela das Matérias

Resumo Executivo	1
Introdução	2
Metodologia	3
Antecedentes Históricos	4
Antecedentes Económicos	5
Legados do conflito	8
Violência e trauma	8
Crianças	9
Minas de terra	11
Violência baseada em género	11
O ambiente da justiça transicional	13
Entender e definir a justiça transicional em Angola	13
Desarmamento, desmobilização e re-integração (DDR)	17
Sistema de justiça criminal	19
Mecanismos da justiça tradicional	19
Envolvimento militar e político sulafricano em Angola durante apartheid	20
Recomendações	21
Desafios	24
1º Apêndice: Membros da Missão efectuada a Angola	24

Resumo Executivo

Não é possível de entender o significado ou a necessidade para a justiça transicional em Angola sem entender o ambiente mais generalizado socio-económico e político do país. Contrariamente aos outros países na região tal como Namíbia, a África do Sul e Moçambique – onde a paz veio através de uma resolução negociada – a transição de Angola da guerra à ‘paz’ foi o resultado de uma vitória militar clara e definitiva pelos Movimento Popular para a Liberação de Angola (MPLA) e Governo de Angola. A vitória militar do MPLA, que efectivamente foi o partido dirigente desde 1975, significa que o acordo de paz de 2002 não resultou numa mudança de regime. A cessação final do conflito foi marcada pela assinatura do Memorando de Entendimento (MdE) de Luena em 2002, em si mesmo construído sobre os alicerces das duas tentativas anteriores de negociar resoluções durante o período de pós-independência, nomeadamente, os Acordos de Bicesse de 1991 e o Protocolo de Lusaka de 1994. O MdE de Luena devota só um parágrafo à ‘reconciliação nacional,’ estruturando-o somente em termos de uma amnistia global e geral para crimes e violações de direitos humanos cometidos durante o conflito armado.

A amnistia geral foi aceite como a única opção viável, dada a intensidade e a duração do conflito, bem como a percepção que a maioria dos angolanos tinham participado ou apoiado a guerra nalguma forma ou outra. Dada esta percepção do envolvimento profundo e generalizado da população no conflito, a pergunta feita por muitas das pessoas entrevistadas era, ‘quem então iria atestar em qualquer coisa como uma CVR?’ Como resultado desta confluência de factores, o partido dirigente não engajou num reconhecimento formal ou investigação das atrocidades de direitos humanos no passado que tinham sido cometidas pela oposição ou suas próprias forças; noutras palavras, houve uma decisão consciente de não seguir a rota de um processo público de verdade e reconciliação. Entre as pessoas entrevistadas, houve uma expressão esmagadora de cansaço de guerra entre a população; a oposição a qualquer forma de comissão de verdade parecia ter as suas raízes na falta de vontade de falar do passado, bem como de abrir velhas feridas.

Há um discurso nacional sobre a reconciliação que toma muitas formas diferentes; de qualquer modo, parece ter pouco significado para a maioria dos angolanos. Ao nível político, a reconciliação é articulada através da propaganda sobre a eleição como parte do programa mais generalizado de reconstrução do partido dirigente. De qualquer modo, há pouca evidência da ocorrência de reconciliação ou reconstrução no meio urbano ou rural. A retórica de reconciliação estava limitada à reconciliação política: quer dizer, o programa de consenso entre o MPLA e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), um pacto entre o elite político.

Mas o empenho à reconstrução ainda não foi cumprido. Luanda parece ser uma cidade em deterioração rápida com níveis extraordinárias de pobreza, desigualdade e séria injustiça estrutural e social, especialmente com respeito ao acesso do povo à saúde e educação. Assim, embora haja uma tentativa pelo partido dirigente de criar um consenso que a reconstrução acontece, na realidade a deterioração da economia, a pobreza, a

desigualdade e a ausência notável de reconstrução e desenvolvimento adicionalmente enfraqueceram as perspectivas para a reconciliação. O desenvolvimento de planos socioeconómicos estratégicos para as províncias (no seio de uma estratégia nacional) e o melhoramento dos esforços para criar condições básicas a nível local são considerados como sendo fundamentais se a situação actual de pobreza extrema, a exclusão social e a marginalização vão ser tratadas apropriadamente.

Embora a retórica política de reconciliação geralmente não tem significado, o discurso sobre a reconciliação que ocorre ao nível comunitário em todas as partes do país é orgânica e espontânea, com as estruturas comunitárias e os líderes religiosos e tradicionais desempenharem um papel chave no processo. O estado parece ser ausente na maior parte a este nível, e nenhuns fundos são atribuídos para estes objectivos. Os desafios adicionais enfrentados pelos esforços de reconciliação comunitária incluem o facto que muitas das comunidades estão ser reconstituídas pela primeira vez depois de muitos anos; assim, são ‘proto-comunidades,’ ou comunidades em vias de desenvolvimento. Agora, pela primeira vez em muitos anos, os retornados, refugiados, ex-combatantes desmobilizados e os poucos residentes remanescentes aprendem como viver juntos, uns com os outros.

Também parece que a reconciliação ao nível comunitário não ocorre *entre* comunidades mas *dentro* delas, até incluindo as rupturas que ocorreram dentro das famílias, por exemplo, onde dois irmãos tomaram lados opostos como soldados da UNITA e do MPLA.

Um outro factor é que grandes partes do país só começaram a receber apoio e intervenção administrativa pelo estado. O estado é em grande parte ausente das vidas do povo, especialmente nas províncias; no entanto, o aparelho de segurança do estado continua a ser vigilante na forma da presença policial e militar. Embora isto sirva a conter a violência doméstica e outras formas de violência localizada, também resulta na supressão psicológica dos múltiplos traumas sofridos pela população.

Introdução

‘...as experiências do país na resolução de conflitos e da consolidação de paz pós-conflito ... fornecem lições valiosas para o resto do mundo’¹

Ibrahim Bangari, Sub-Secretário das Nações Unidas para Assuntos Africanos e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola (2003)

A missão de avaliação de Angola em Junho de 2008 fez parte de uma investigação mais generalizada do ambiente da justiça transicional na região da África Austral. Isto foi orientado por quatro objectivos gerais:

- de documentar e avaliar o estado corrente (ou falta) de iniciativas da justiça transicional em Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue, bem como a África do Sul;
- de identificar e entender as prioridades locais na área da justiça transicional;

- de determinar a capacidade das organizações da sociedade civil a desempenharem um papel em quaisquer futuras iniciativas da justiça transicional.e
- de fazer recomendações sobre como abordar a justiça transicional em cada país.

Esta missão específica teve três objectivos principais:

- de identificar as questões principais na área da justiça transicional em Angola;
- de documentar e avaliar o estado corrente de iniciativas da justiça transicional em Angola; e
- de identificar a capacidade das organizações da sociedade civil que desempenham ou têm o potencial a desempenhar um papel de destaque em quaisquer futuras iniciativas da justiça transicional.

Metodologia

A avaliação do país foi realizada entre as datas de 15 e 21 de junho de 2008. Para detalhes das pessoas entrevistadas, incluindo as organizações que representam, favor entrar em contacto com o autor. A escolha de entrevistas estava baseada na necessidade de obter uma variedade de perspectivas do Governo, da sociedade civil, das instituições internacionais e das organizações comunitárias, com o fim de entender as questões da justiça transicional dentro da estrutura mais generalizada do ambiente socioeconómico e político corrente. Por causa da barreira linguística, a equipe de pesquisa foi apoiada por um tradutor que estava presente em todos os encontros.

Antecedentes da missão de avaliação ao país

Há vários temas principais que surgiram com respeito ao entendimento dos desafios enfrentados pelos praticantes da justiça transicional em Angola:

- a duração prolongada da guerra civil, que durou desde a independência em 1975 até 2002;
- A internacionalização do conflito, incluindo a intervenção da África do Sul e Cuba bem como dos superpoderes – os Estados Unidos e a então União Soviética – em perseguição das suas próprias agendas da Guerra Fria;
- A intensidade e o âmbito da guerra, com a maioria dos angolanos afectados como vítimas e implicados como participantes do conflito;
- As causas internas fortes da guerra, incluindo ideologia e classe, disparidades regionais e reclamações da era colonial; as cidades cosmopolitanas e inter-raciais costeiras contra as terras do interior rural africano; afiliações de raça e etnolinguísticas; controle de recursos naturais e governação;
- Os ciclos de guerra e deslocação que contribuíram ao desenvolvimento de povoações informais muito grandes nas áreas peri-urbanas em todos os centros urbanos do país, mas especialmente Luanda;
- As tentativas falhadas de negociar resoluções de paz através dos Acordos de Bicesse em 1991 e do Protocolo de Lusaka em 1994;
- O pacto político elite depois do acordo de paz de 2002, com a co-opção do elite da UNITA no novo Governo; e

- O uso da amnistia como a estratégia para a reconciliação em cada acordo de paz, resultando num discurso nacional popularizado de ‘perdoar e esquecer’ a respeito das atrocidades do período da guerra - e que é agora preservado pelo menos em parte através de um sentido de temor que reabrir o passado pode destruir o país novamente.

Antecedentes Históricos

O conflito angolano tem as suas raízes numa batalha local para poder que começou até antes da independência e foi usada como uma oportunidade e perpetuada pelas rivalidades dos superpoderes no período pós-independência. O Acordo de Alvor, assinado em 1975, deu Angola independência de Portugal e deu poder a uma coligação dos três maiores movimentos da independência: o MPLA, a UNITA, e a Frente Nacional para a Liberação de Angola (FNLA). O Governo de coligação rapidamente deteriorou como as dúvidas de cada movimento cresceram a respeito do compromisso dos parceiros ao processo de paz, e o país viu-se mergulhado numa guerra civil. O caos que seguiu deu os intervenientes internacionais uma abertura através de qual podiam intervir no conflito, perseguindo os objectivos da Guerra Fria. O Zaire e a África do Sul interviram militarmente, com o apoio dos Estados Unidos (EUA), ajudando as FNLA e a UNITA, com a intenção de tomar a cidade capital de Luanda antes da declaração de independência. Em reacção, Cuba interviu em apoio do MPLA, que reteve Luanda com êxito e declarou independência em 11 de novembro de 1975, o dia quando os portugueses saíram do país. As FNLA e a UNITA proclamaram as suas repúblicas de curta duração (a República Democrática de Angola e a República Democrática Social de Angola) em 24 de novembro de 1975, nas zonas que controlaram, com Holden Roberto e Jonas Savimbi como os co-presidentes. De qualquer modo, antes do fim de janeiro de 1976 o exército angolano, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e os cubanos tinham quase esmagado as FNLA, os zairenses e a UNITA, e as forças sulafricanas retiraram.

Apesar disto, a guerra por procuração continuou. O Governo de Angola (controlado pelo MPLA) solicitou as forças cubanas a ficarem no país enquanto continuou a receber apoio da USSR e dos países do Bloco de Leste. A UNITA recebeu apoio mais ou menos clandestino dos EUA e começou as suas actividades no sudoeste do país. A África do Sul brevemente estabeleceu bases no sul de Angola e aumentou apoio à UNITA, que ganhou controle de cada vez mais território. Em 1987, FAPLA, com apoio soviético, lançou uma ofensiva num esforço a dar o golpe final à UNITA e tirar a África do Sul fora do país. Apesar dos fracassos e derrotas iniciais da campanha, os cubanos interviram com êxito para repelir os avanços da UNITA e da África do Sul, culminando na Batalha de Cuito Cuanavale de 13 de janeiro até 23 de março de 1988, a maior batalha na história africana desde a II^a Guerra Mundial. No entanto, Angola e os EUA tinham estado em negociações para uma solução pacífica desde junho de 1987. Depois do ponto decisivo da Batalha de Cuito Cuanavale, os EUA concordaram a incluir Cuba em negociações directas, e este país juntou-se às negociações em 28 de janeiro de 1988; a África do Sul juntou-se em 9 de março. Angola, Cuba e a África do Sul assinaram os Acordos de Nova Iorque em 22 de dezembro de 1988, nos quais a retirada das tropas cubanas de Angola estava ligada à retirada dos soldados sulafricanos de Angola e Namíbia.

Angola passou através de vários ciclos de resoluções de paz negociadas e não exitosas depois da retirada das forças internacionais. Os Acordos de Bicesse de 1991 definiram um processo eleitoral para um Angola democrático sob a supervisão das Nações Unidas. O MPLA ganhou a primeira ronda com 49 por cento dos votos, comparado com 40 por cento para a UNITA. O líder da UNITA, Savimbi, recusou-se a aceitar os resultados e iniciou um outro ciclo de guerra. Em 20 de novembro de 1994, o segundo acordo de paz, o Protocolo de Lusaka, foi negociado exitosamente em Lusaka, Zâmbia. O acordo de paz entre o Governo e a UNITA fez provisão para a integração dos ex-combatentes da UNITA nas Forças Armadas, bem como a inclusão dos profissionais da UNITA e membros do elite político em posições do sector público no novo Governo. De qualquer modo, em 1995, batalhas localizadas resumiram. Um ‘Governo de Unidade e Reconciliação Nacional’ foi instalado em abril de 1997, mas batalhas sérias resumiram no fim de 1998 quando Savimbi renovou a guerra pela terceira vez, reclamando que o MPLA não cumpria com suas obrigações. O Conselho de Segurança da ONU votou em 28 de agosto de 1997, para impor sanções contra a UNITA.

Este terceiro ciclo da guerra foi até mais brutal que os ciclos precedentes e foi caracterizado pela violência directamente contra a população civil. Cidades inteiras foram arruinadas, centenas de milhares da população foram matadas ou morreram de privação e doença relacionada à guerra, e milhões foram deslocados, alguns pela segunda ou até a terceira vez.² Aldeias completas foram movimentadas e esvaziadas, colheitas queimadas e populações foram deslocadas à força em áreas controladas pelo Governo, como o Governo procurou cortar todas as fontes potenciais de apoio para a UNITA numa estratégia de terra arrasada e contra-insurreição.³ As forças militares angolanas lançaram uma ofensiva massiva em 1999 que destruiu a capacidade convencional da UNITA e retomou todas as cidades principais anteriormente ocupadas pelas forças de Savimbi, obrigando a UNITA a usar táticas guerrilheiras novamente.

Quando o líder da UNITA, Savimbi, morreu em 22 de fevereiro de 2002, isto transformou as perspectivas para a paz em Angola. Imediatamente depois da morte de Savimbi, o Governo anunciou que cessaria todas as acções militares até o prazo de 13 de março de 2002. Os comandantes militares da UNITA e das FAPLA concordaram-se a um cessar-fogo e em 4 de abril assinaram um Memorando de Entendimento (MdE) em Luena como um aditamento ao Protocolo de Lusaka. As Forças da UNITA foram incorporadas nas novas Forças Armadas de Angola (FAA) e a Polícia Nacional e o elite político da UNITA foram incorporados num novo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

Foi avaliado que quase um milhão de angolanos morreram durante a guerra civil de 27 anos, e mais de quatro milhões foram deslocados internos. A guerra devastou a infraestrutura do país no meio rural, obstaculou a capacidade do Governo de entregar serviços básicos e severamente perturbou as redes familiares e comunitárias.

Antecedentes Económicos

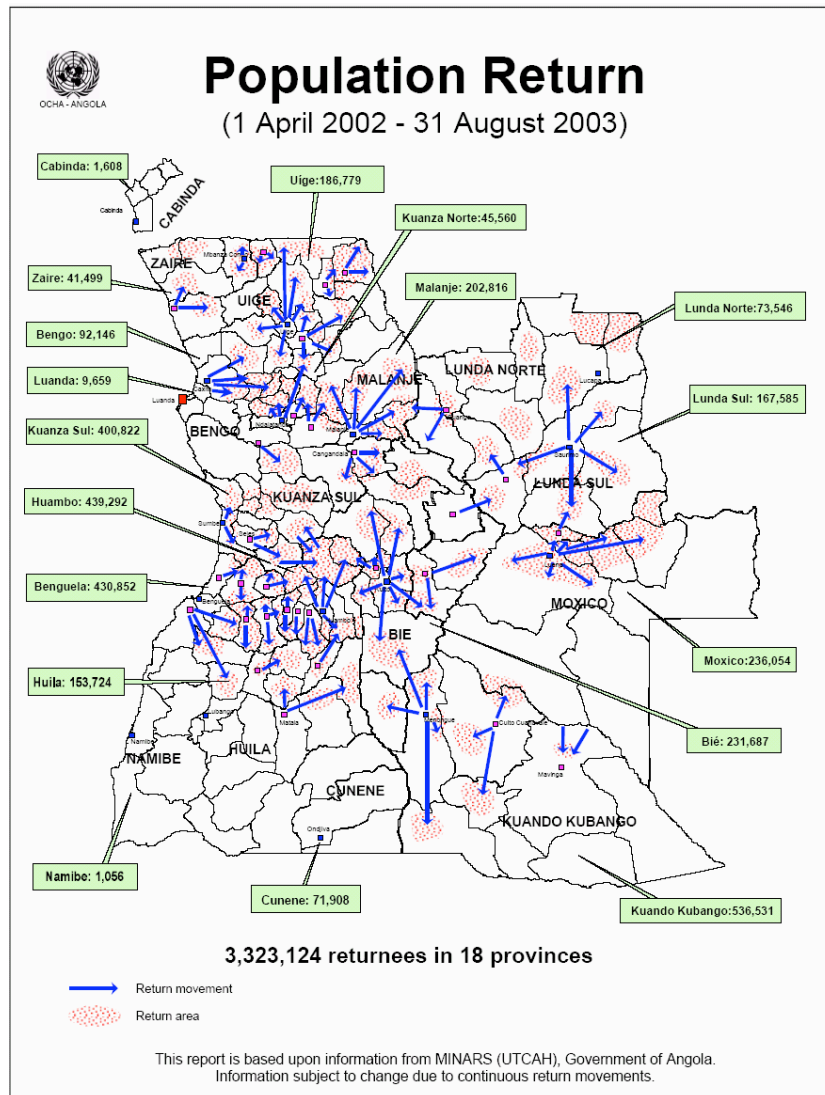
Angola é dotado de recursos excepcionais. É o maior produtor de petróleo na África SubSaariana, com uma produção actual de 1.9 milhões de barris por dia, quase inteiramente do campos de petróleo offshore ao longo da costa do norte.⁴ É também o maior produtor de diamantes no mundo (por valor), representando cerca de 15 por cento da produção mundial de diamantes em bruto em 2000.⁵ Mas, apesar dos seus recursos ricos de diamantes e petróleo, Angola é um dos países mais pobres do mundo; a má gestão e o gasto de recursos naturais como um meio de financiar a guerra resultaram no fraco desempenho da economia.⁶

Não obstante, a economia de Angola teve uma transformação vasta nos anos recentes, movimentando da desordem provocada por um quarto século de guerra a ser a segunda maior economia crescente em África, e uma das economias mais rápidas crescentes no mundo. A produção e as receitas rapidamente crescentes do sector petrolífero deram ímpeto principal ao melhoramento na actividade económica geral. Controle da indústria petrolífera é consolidado no Grupo Sonangol, um conglomerado que é possuído pelo Governo angolano. Em dezembro de 2006, Angola foi aceite como um membro da OPEC. A economia cresceu por 18% em 2005, 26% em 2006 e 17.6% em 2007; e prevê-se que será mais de 10% para o resto da década.⁷

A aparência de uma economia em rápida expansão contrastou fortemente com a pobreza generalizada e profunda em Luanda observada pela equipe de avaliação do país. A estratégia de crescimento da economia baseia-se nas indústrias pouco intensivas de mão-de-obra de diamantes e petróleo; no entanto, as receitas do crescimento intensivo em capital, na forma de estradas e infraestrutura, não foram canalizadas com rapidez suficiente para cumprir com as necessidades básicas de milhões de pessoas. Como foi observado por um dos respondentes, ‘crescimento pode trazer privação aos pobres.’ Além disso, a Índice de Percepções de Corrupção pela organização Transparency International classificou Angola como um dos países mais corruptos do mundo em 2008.⁸ A prestação de serviços básicos continua a ser o privilégio de poucos angolanos – e milhões vivem sem acesso básico à água, saneamento e electricidade. Enquanto Angola tenha uma pequena população de somente 14 milhões, um estudo nacional de pobreza em 2001 mostrou que 66 por cento da população viveu com menos de USD 1.70 por dia e 25 por cento com menos de USD 1.00 por dia.⁹ O país também tem uma das taxas mais altas de mortalidade infantil no mundo, com 154 de 1000 nado vivos.

Conforme a perspectiva da equipe de avaliação, Luanda parece ser uma cidade em deterioração rápida, com um aumento visível no número de povoações peri-urbanas informais desde a última visita de um dos membros da equipe em 2005. Durante a guerra, as ligações económicas entre as cidades costeiras e as terras interiores agrárias quase desapareceram. As cidades, especialmente Luanda, sobreviveram com alimentos importados comprados através dos direitos da exploração petrolífera, em vez de produtos agrícolas produzidos no país. No entanto, as terras foram negligidas como as pessoas procuraram as suas próprias estratégias de subsistência. Por causa da falta de oportunidades no meio rural, as perspectivas de êxito nos centros urbanos são mais atraentes, apesar da pobreza das favelas grandes.¹⁰ Durante os anos, muitas pessoas fugiram da guerra para migrar às cidades, e a cidade de Luanda cresceu e teve uma

população avaliada de quatro milhões antes do fim da guerra.¹¹ A equipe de avaliação observou que as favelas, chamadas *musseques*, estendem para milhas além dos limites da antiga cidade de Luanda.



A evidência que estas povoações não desapareceram depois da guerra, mas de facto aumentaram, foi uma ilustração notável do fracasso da estratégia pós-guerra de ‘repovoação rural’ do Governo e sua incapacidade de gerir o movimento rápido às cidades. O mapa abaixo fornece uma medição visível da escala de repovoação e movimentos de retornados no período imediatamente depois da guerra:

Este mapa ilustra os números grandes de pessoas que foram consideradas como “reinstaladas” no meio rural um pouco mais de um ano antes do fim da guerra. As setas azuis salientam o movimento típico de DIs das áreas urbanas e peri-urbanas, que foram

consideradas como zonas protegidas durante a guerra, ao meio rural onde o povo tinha vivido antes do conflito. De qualquer modo, entrevistas no país revelaram que um grande número de pessoas não ficaram nas áreas rurais por causa da falta de infraestrutura, de serviços tal como saúde ou educação, ou de oportunidades para a vivência económica. Este regresso de grande escala às áreas urbanas tem implicações importantes, não só para a reconstrução, mas também para a reconciliação e a justiça transicional. Como cada vez mais pessoas dos lados diferentes do conflito e de grupos diferentes etnolinguísticos são concentradas nas áreas urbanas em condições extremamente fracas, enquanto simultaneamente concorrem para sobreviver na economia informal, as possibilidades de violência ficaram a ser mais pronunciadas, e a reconciliação e a resolução de conflitos a nível comunitária tornam-se mais críticas.

Os legados do conflito

A transição iniciada pela vitória militar assegurada pelo MPLA contra a UNITA em 2002 é caracterizada por um discurso nacional de reconciliação liderado pelo estado, iniciativas locais de reconciliação lideradas pelas organizações comunitárias, reconstituições de famílias e aldeias, e reintegração de ex-combatantes. Embora a violência organizada tenha acabado e haja uma narrativa oficial de ‘reconciliação’ – a realidade é mais uma narrativa de ‘perdoar e esquecer’ – para muitas pessoas, isto não foi traduzido em benefícios significativos sociais, psicológicos ou económicos.¹² Há uma falta de ligação entre a narrativa oficial do Governo e a realidade das vidas diárias do povo – nas cidades bem como nas áreas rurais. A narrativa não diz a completa verdade do que transpirou durante o conflito e há uma relutância de visitar o passado. Como foi observado por um dos entrevistados, ‘Vamos pensar do futuro, não do passado.’ É importante de notar que embora o Governo envidasse esforços para estabelecer uma percepção que há só uma verdade e só uma narrativa histórica nacional, cada indivíduo e comunidade continua a entender o conflito através da sua própria experiência. A falta de espaço para partilhar essas experiências ou reflectir no passado pode de facto ser um obstáculo para reconstruir as relações entre os cidadãos.

O próprio impacto do conflito sobre o país como um todo foi devastador, e isto foi adicionalmente agravado pelos anos de negligência e má governação que seguiram. Até 2002, grandes áreas do país foram impassíveis. Isto significou que existiam grandes áreas do país onde o Governo tinha estado ausente para muitos anos, e onde as condições humanitárias pós-conflito foram em grande parte desconhecidas.

Violência e Trauma

Vinte e sete anos de guerra normalizaram a violência na sociedade angolana, de qualquer modo, a visível presença do aparelho de segurança evita a expansão da violência – em vez, serve a ‘contê-la’ ao nível comunitário ou doméstico. As pessoas entrevistadas partilharam uma percepção perversa de violência que tem sido criada e influenciada pela experiência de guerra do povo e sua natureza autoritária. Todas as pessoas entrevistadas concordaram que há níveis elevados de ‘violência doméstica,’ especialmente contra mulheres e crianças. Também identificaram outras formas de violência, tais como batalhas de rua, lutas comunitárias, e gangs de jovens que aterrorizam comunidades em

Lubango. Alguns respondentes indicaram que os níveis elevados de violência doméstica foram considerados a ser uma manifestação dos colectivos e individuais múltiplos traumas sofridos pelos angolanos.

Talvez mais do que qualquer outro indicador, o distúrbio e separação de famílias e comunidades é evidência da natureza traumática e generalizada deste conflito. Os Oficiais governamentais entrevistados pela equipe de avaliação enfatizaram as proezas do programa de reunificação de famílias que foi iniciado em todo o território nacional um pouco depois do fim da guerra. Milhares de pessoas foram reunidas com as suas famílias durante o programa de dois anos. Mas, a equipe de avaliação do país aprendeu que o Ministério responsável pela implementação deste programa, bem como todos os programas direccionados aos níveis familiares e domésticos, tinha a mais pequena atribuição orçamental no Governo. Isto inevitavelmente colocou grandes constrangimentos sobre a capacidade do Ministério de abordar a violência e os traumas crescentes sofridos aos níveis doméstico e comunitário.

Entrevistas em Angola também revelaram que pouco tem sido feito com respeito à ‘reconstrução de atitudes’ como resultado da violência, noutras palavras, a implementação de actividades práticas para a reconciliação nacional, especialmente ao nível socio-psicológico. As pessoas entrevistadas explicaram que é considerado que angolanos continuam a ser afectados pelos múltiplos traumas que resultaram de ‘uma história marcada pela guerra,’ uma história na qual a maioria dos angolanos estavam eles mesmos envolvidos no conflito. Até grande ponto, a abordagem de ‘amnésia’ quando se trata do passado é uma consequência dos múltiplos traumas, de uma incapacidade de endereçar as questões da justiça restaurativa, e de facto, um temor das consequências de abordar estas questões. Há uma área onde a intervenção parece ser crítica. O Ministério da Família e Promoção da Mulher enfatizou a necessidade para fazer trabalho de recuperação psicossocial e de trauma em todas as partes do país, mas actualmente falta os recursos para fazer isto. Por isso, há espaço para a justiça transicional começar a preencher esta lacuna.

Crianças

O legado do conflito também deixou um visível impacte sobre o desenvolvimento social e educacional de crianças. Todas as crianças de Angola são vítimas directas ou indirectas da guerra porque foram as mais desvantajadas pelo conflito e continuam a ser as mais vulneráveis na sociedade pós-conflito. Segundo a UNICEF, mais de 100,000 crianças ficaram a ser órfãos ou foram separadas das suas famílias durante o curso da guerra e 43,000 crianças actualmente continuam a ser separadas das suas famílias. Milhares de crianças foram mutiladas por minas terrestres e sujeitas a diferentes formas de abuso e violência.¹³ Em todas as partes do país, foi avaliado que há mais de 10,000 crianças de rua em Angola, de quais cerca de 5,000 estão em Luanda; foram obrigadas a ir às áreas urbanas devido à pobreza e guerra civil.¹⁴ Separadas das suas famílias e incapazes de depender das suas redes familiares, ficaram a ser vítimas de trabalho infantil e tráfico e exploração sexual, actividades que todas aumentaram em Angola. A violência escolar, a delinquência, e a disponibilidade de armas também contribuem à situação potencialmente explosiva e hostil para crianças.

Milhares de crianças também batalham para fazer a transição a vidas normais depois de serem obrigadas a servir como soldados no conflito. A Coligação para Pôr Fim ao Uso de Crianças Soldados avalia que 7,000 crianças serviram com as forças da UNITA e do Governo na última ronda da guerra entre 1998 e 2002. Trabalhadores de protecção de crianças em Angola sugeriram que até 11,000 de ambos os lados viveram e trabalharam em condições de combate.¹⁵ Algumas crianças talvez tinham a vontade de trabalhar para a UNITA, mas outras foram sequestradas enquanto andavam à escola, aos mercados e às suas casas. Crianças captadas nestes ataques serviram como ‘soldados aprendizes’ ou ‘auxiliares.’ Alguns dos soldados em treinamento, depois de ser dados tarefas pequenas no início, foram depois dados armas e treinamento de armas e ficaram a ser combatentes. Raparigas sequestradas foram usadas como cozinheiras, trabalhadoras domésticas, e bagageiras, semelhantes às tarefas dos rapazes. Mulheres e raparigas foram também ‘entregues’ aos comandantes e soldados da UNITA e obrigadas a entrar em relações sexuais e ‘casamentos’. Recusações resultaram em punição severa e tentativas de escapar frequentemente resultaram em morte. Acesso a raparigas que tinham sido detidas em áreas da UNITA depois da guerra foi difícil. Um perito de direitos da criança que trabalha em Luanda avalia que o número de mulheres menores de idade casadas com soldados da UNITA foi entre 5,000 e 8,000.¹⁶

Em termos de desenvolvimento, adolescentes estão na fase psicológica onde sua identidade está no processo de ser formada e tomam decisões chave com respeito a seu futuro e suas relações com a sociedade. Como são afectadas pela trauma da guerra e cresceram circundadas de violência normalizada, muitas crianças soldados não podem conceptualizar que a paz é a norma e não uma excepção, e estão em risco de perpetuar estes ciclos de violência.¹⁷ Para estas razões, crianças soldados especialmente precisam de programas de reabilitação adaptados às suas experiências específicas. Sem ajuda, arriscam ser manipuladas no futuro, e são vulneráveis a envolvimento em actividades criminosas ou violentas.

A guerra também destruiu muitas das instituições necessárias para a reabilitação de crianças, especialmente escolas. Desde 1998, 80 por cento das escolas em Angola foram destruídas ou abandonadas. As escolas nas províncias continuam a funcionar, apesar da falta de pessoal e equipamento, mas a maioria das escolas estejam num estado avançado de degradação. Há uma escassez geral de professores.¹⁸ É somente em Luanda que as crianças têm a oportunidade de obter uma educação adequada, mas aqui também existem severos constrangimentos – menos de metade dos professores são adequadamente formados, há uma escassez severa de espaço de salas de aula, e proporções de professor/aluno são tão altas como 1:80. Taxas de fracasso são elevadas, e poucas crianças entram no liceu. Apenas 5 a 10% das crianças são registadas após de nascer, e esta falta de documentação limita o acesso à educação, facilidades sanitárias e emprego. À parte disto, num país que tem uma taxa de pobreza oficial de 67%, poucos pais têm os meios para pagar para a escolarização. O Governo informou que 70% das crianças entre as idades de 6 e 14 anos correm o risco de ser inalfabetas.¹⁹ O Governo consistentemente atribuiu menos de 15% do seu orçamento ao sector social, e nalguns anos menos de 10%,

e a maioria destes fundos são usados para os salários e a administração nos sectores da saúde e da educação.

A equipe de pesquisa no campo aprendeu que Save the Children desenvolveu um programa de protecção da criança que focaliza-se sobre a criação de comités de protecção da criança ao nível comunitário para abordar o problema da violência escolar. Os mesmos intervenientes que fazem parte destes comités também parecem ser os intervenientes noutras arenas, tais como esforços locais de processos de reconciliação e resolução de conflitos. Incluem curandeiros tradicionais, professores, catequistas, activistas (especialmente mulheres) e administradores locais. Este é um modelo que pode potencialmente ser replicado e expandido para prestar serviços psico-sociais e apoio crescente aos órfãos ou crianças sem abrigo que têm dificuldades em adaptar à existência pós-guerra. A organização Save the Children igualmente enfatizou a importância de programas de ensino com um foco sobre a reconciliação e o desenvolvimento de programas escolares sobre 'culturas de paz.' A organização também está profundamente envolvida no aconselhamento de crianças que são vítimas de trauma.

Minas terrestres

Angola continua a ser um dos países com o maior número de minas no mundo. As cifras exactas do número de vítimas de minas terrestres continuam a ser desconhecidas, mas centenas morreram e quase 80,000 foram feridas, muitas delas sendo mulheres e crianças. É limitado o acesso aos serviços para as vítimas de ferimentos relacionados a minas; desde o fim do conflito em 2002, recursos económicos e políticos foram dedicados à reconstrução, desmobilização de ex-combatantes, e reintegração de refugiados e deslocados, que atrasaram programas para os sobreviventes de minas e pessoas com deficiências como resultado dos seus ferimentos. Serviços de reabilitação são localizados longe das áreas afectadas por minas, e faltam pessoal e equipamento. Além disso, a falta de transporte e de recursos financeiros obstacula o acesso aos serviços para os sobreviventes rurais. Foi avaliado que somente 25% das necessidades são fornecidas pelas facilidades existentes.

A maioria das pessoas com deficiências enfrentam barreiras físicas e sociais que obstaculam a sua plena participação na sociedade. Programas de apoio psicossocial para esta população são limitados e existem somente ao nível comunitário. O pessoal falta a perícia para assegurar a reintegração compreensiva dos sobreviventes e o público geral falta a sensibilidade sobre deficiências. Muitos sobreviventes não têm acesso à educação e poucos são capazes de ganhar uma vivência. Esta situação é adicionalmente agravada pelo desemprego elevado geral, inalfabetismo e grandes números de pessoas da idade activa que são deficientes. Alguns programas de ensino profissional são fornecidos pelo Governo e ONGs, mas a maioria dos serviços estão baseados em Luanda ou nas capitais provinciais.²⁰

Violência Baseada no Género

Antigos combatentes que retornaram para a casa descobriram que as condições e estrutura da vida familiar tinham mudado drasticamente. Como é o caso de situações de conflito em qualquer parte, homens combatentes regressaram para descobrir que os

papéis tradicionalmente masculinos da família estavam agora ocupados por mulheres. Estes incluíram ganhar dinheiro para a casa, disciplinar rapazes, construir e reparar casas, tratar de líderes comunitários e oficiais governamentais e cumprir com as obrigações religiosas e sociais. Em Angola, algumas mulheres continuaram a desempenhar estas tarefas durante os tempos de paz, especialmente onde maridos morreram ou abandonaram a casa.²¹

Os rendimentos da mulher no sector informal da economia também começaram a apresentar um desafio cultural sério ao papel tradicional do homem de ganhar rendimentos e, como resultado, às relações de género na família. Estas mudanças podem parcialmente explicar a evidência crescente de um aumento na violência doméstica contra mulheres e crianças desde o início dos anos 1990, como homens que regressam da guerra procuraram restabelecer a sua autoridade na casa.

A especialista angolana das questões de género, Henda Ducados (2004), escreveu que as raízes do assunto foram os problemas económicos que surgiram do conflito. Ducados enfatiza que ‘por causa da guerra, muitos homens são desempregados e incapazes de contribuir às despesas domésticas numa base regular. Parece que muitos sentem-se enfraquecidos pelo facto que as mulheres ganham os rendimentos para a casa. Suas frustrações frequentemente resultaram no consumo de drogas e álcool e violência contra a mulher. Homens têm um sentido de frustração da sua condição económica, bem como o facto que muitos voltaram da guerra e ainda não foram reintegrados na sociedade’.²² Pessoas entrevistadas em Angola enfatizaram que as fontes dos conflitos domésticos são a frustração dos homens por não serem reconhecidos pela sociedade para os seus esforços como combatentes, bem como níveis elevados de abuso de substâncias aditivas, e o facto que muitos homens são ‘pais ausentes’ e recusam-se a legalmente reconhecer a paternidade.

Mulheres também sofrem dos efeitos directos de guerra em formas distintas. Além do grande número de mulheres que morreram como resultado de operações de combate, muitas foram violadas sexualmente por combatentes de ambos os lados. Os soldados deviam proteger a população, em vez, muitos usaram a sua posição para explorar mulheres sexualmente. A interacção de milhares de soldados em regiões da linha da frente com a população destituta também teve impactes grandes a longo prazo. Por exemplo, mulheres jovens que engajaram em prostituição para sobreviver durante o conflito podem sofrer de sérios problemas com a saúde, fraca autoestima e exclusão social, especialmente se ficam grávidas e/ou contratam doenças transmitidas sexualmente tal como HIV/SIDA. Ao nível doméstico, os longos anos de conflito também criaram situações onde mulheres encontraram dificuldades em casar-se ou casar-se novamente, especialmente se sofreram de abuso sexual. Mulheres também sofreram desproporcionadamente por causa da explosões de minas terrestres, devido à sua responsabilidade de procurar alimentos. Muitas perderam seus maridos e filhos através da guerra, assim aumentando o número de agregados domésticos chefiados por mulheres.²³

Há uma estrutura legal em Angola que protege os direitos da mulher aos seus próprios bens, a engajar em contratos e dirigir negócios, a ter acesso a recursos gratuitos de planeamento familiar, e a só ter uniões consensuais reconhecidas como casamento. De qualquer modo, em prática esta estrutura não é cumprida devido às normas tradicionais que favorecem homens em vez de mulheres. Assim, a maioria das mulheres angolanas ainda lutam pelo reconhecimento e respeito dos seus direitos.²⁴

A equipe de avaliação do país descobriu pouco ou nenhum discurso a respeito dos efeitos sobre o género provocados pelo conflito ou da violência com base no sexo. Esta ausência notável de debate sobre a questão – contrariamente à evidência de níveis crescentes de violência baseada no género – revelou que nem as ONGs nem a população geral são sensibilizadas sobre a questão, que é conceptualizada somente sob a rubrica da ‘violência doméstica.’ Este entendimento limitado das dimensões de género no conflito resultou numa escassez de programação que aborda estas questões. De qualquer modo, a equipe de avaliação aprendeu que o Ministério da Família e da Promoção da Mulher engajou em várias actividades para apoiar mulheres, incluindo a criação de associações da mulher para micro-crédito, educação e reforço de capacidade; o reforço da Organização da Mulher Angolana que defende os direitos da mulher e criança; e continuação do trabalho de sensibilização contra a violência doméstica. Um ‘Código de Família’ está também actualmente ser debatido na Assembleia Nacional e os respondentes acreditam que isto contribuirá ao reforço de protecção para mulheres e crianças. De qualquer modo, o Ministério exprimiu uma vontade forte para prestar serviços mais extensivos e apoio e sensibilização adicionais são necessários.

O ambiente da justiça transicional

Entender e Definir a Justiça Transicional em Angola

A avaliação do país revelou que Angola apresenta um contexto sem igual e um desafio para tratar do legado do seu passado conflito. Em parte, isto é porque o país sofreu um episódio longo no qual existiam duas estruturas sociais e políticas relativamente bem definidas, apoiadas por ideologias rivais.

Ambos os lados estabeleceram sua mobilização interna e apoio através da criação de uma identidade política exclusiva ou até nacional, com cada um reclamando que é a voz mais autêntica. O ambiente da justiça transicional é também complicado pela própria natureza de Angola na transição pós-guerra. O fim da guerra foi abrupto, e para muitos, inesperado. Os 27 anos de guerra em Angola produziram perdedores e vencedores, mesmo se o Governo não desempenhou sentimentos vitoriosos e adoptou uma atitude de perdão, antecipando a noção de acção criminal e punição para todos. A reconciliação foi em grande parte sinónima com uma amnistia geral para crimes cometidos no contexto da guerra; de facto, as provisões para a amnistia foram continuamente actualizadas dentro de cada subseqüente acordo de paz, começando com os Acordos de Bicesse de 1991, para incluir a próxima fase do conflito. A equipe de avaliação do país aprendeu que isto criou uma associação longa nas mentes dos angolanos entre a reconciliação e a amnistia.

Esta abordagem à justiça transicional é reflectida no Artigo 6 do Protocolo de Lusaka que declara que ‘No espírito da Reconciliação nacional, todos os angolanos devem perdoar e esquecer as infracções que resultaram do conflito angolano e enfrentar o futuro com tolerância e confiança.’²⁵ Em 2002, quando o MdE de Luena foi assinado entre o MPLA e a UNITA, a prioridade do partido vencedor, o MPLA, foi de integrar as Forças Armadas numa força armada angolana unida. A única referência que o acordo faz à ‘paz e reconciliação nacional’ é descrita como uma amnistia geral para todos os que tinham cometido crimes durante a guerra de 27 anos.²⁶ Entrevistas revelaram que para muitos angolanos esta acção foi interpretada como retirar a opção do recurso aos tribunais fora das suas mãos.

Os intervenientes políticos continuamente falam do conceito de reconciliação como um aspecto importante da consolidação da paz em Angola, mas em prática a reconciliação tem sido limitada aos partidos em conflito deixar de lado todas as diferenças do passado sem explorar as causas do conflito. Pouca atenção foi paga aos processos sociais que ajudam indivíduos e comunidades a abordarem e superarem a falta de confiança, a polarização e a dor causadas pelo conflito. Na sombra dos acordos entre os elites políticos, angolanos ordinários foram informados que deviam esquecer o passado e olhar para a frente e para o futuro. Um tal esforço para movimentar para a frente não é sem perigo, como ferimentos não são perdoados e são simplesmente ignorados na cena pública.

Mas devido à complexidade dos ferimentos sofridos pelo povo angolano, alguns activistas da sociedade civil em Angola acreditam que uma resposta institucionalizada aos abusos de direitos humanos não seria uma opção favorável em Angola hoje. As pessoas entrevistadas partilharam o ponto de vista que, por causa da sua situação específica, uma Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) de estilo sulafricano não é apropriada para Angola. As pessoas entrevistadas observaram que, embora o modelo da CVR fosse apropriado para o contexto sulafricano, onde foi percebido que o conflito foi distintamente claro e que houve categorias fáceis para distinguir entre agressores e vítimas, isto não é o caso em Angola, onde quase todo o país estava envolvido no conflito. Um respondente perguntou, ‘Nós (os angolanos) devemos todos participar numa CVR angolana? Como é que podemos esperar que angolanos, cansados depois de muitos anos de conflito, vão até pensar de uma tal ideia?’ A luta para a existência diária deixa muito pouco tempo para quaisquer outras questões, incluindo reconciliação. Além disso, preocupações foram levantadas que uma CVR mudaria a reputação do Governo de ser libertador, prejudicando o ‘discurso sobre a liberação’ tão apreciado pelo Governo desde o fim da guerra. Pode também prejudicar a chamada reconciliação política com a UNITA.

Em vez de sessões públicas de verdade, vários respondentes indicaram que a reconciliação nacional estava mais pertamente ligada com a justiça socioeconómica e direitos humanos, com o foco sobre aumentar o melhoramento do ritmo de prestação de serviços e alívio de pobreza. O discurso é também muito mais sobre a necessidade de ter uma ‘paz social,’ uma resolução que vai além de um acordo militar para incluir uma ‘concorrência política transparente.’ Como uma pessoa entrevistada disse, ‘é mais

importante ajudar o povo a sair da pobreza, e ter acesso a oportunidades. Talvez, mais tarde, através de um debate nacional, podemos analisar o lado político para tentar aprender as lições sobre porquê o conflito durou para tanto tempo.’

De qualquer modo, há indicações que até a ‘concorrência política transparente’ continua a ser elusiva. A missão de avaliação de Angola foi conduzida somente 3 meses antes da realização da primeira eleição geral do país em 16 anos. Em debates com os intervenientes da sociedade civil e membros do partido da oposição, parece que houve uma manipulação deliberada do processo eleitoral, tal como impossibilitar o registo de partidos da oposição em conformidade com as leis; manipulação da juventude; e distúrbio de comícios dos partidos da oposição.

Ao mesmo tempo, os respondentes indicaram que houve tentativas de manipular e controlar o que aconteceu ao nível comunitário, com o Governo tentando reforçar o ponto de vista que tem sido o protagonista principal no programa de reconstrução. O partido dirigente tem controle quase absoluto dos meios de comunicação social nas províncias, especialmente rádio e TV que são mobilizadas para o objectivo. USD 5 milhões foram atribuídas a 68 municipalidades para o desenvolvimento de reconstrução intensiva de capital, tal como a construção de centros comunitários, clínicas sanitárias e estradas – a maioria deles em distritos eleitorais chave rurais e urbanos. Como um dos entrevistados disse, “Isto é comprar a paz negativa.”

A maioria das pessoas entrevistadas falaram das eleições vindouras, normalmente sem ser perguntadas, e a maioria exprimiu níveis elevados de temor. Para muitas das pessoas entrevistadas, o temor tem múltiplas camadas e inclui o temor de uma renovação da guerra se o MPLA perde as eleições (na memória do povo, perder uma eleição significa uma volta à guerra) apesar do facto que a UNITA já não tem o seu próprio poder militar. Este temor tem as suas raízes em memórias da caça pelo MPLA dos apoiantes da UNITA em 1992, depois da volta de Savimbi à guerra, conduzida em grande parte por civis armados do MPLA. Milhões de pequenas armas continuam a ser possuídos por civis, levantando a possibilidade que tais represálias ocorreriam novamente. Luanda foi um campo de batalha pré-eleição crítica para as intrigas políticas dos partidos principais, com nenhum dos lados capaz de prever os votos de 8.2 milhões de votantes registados, 40% dos quais são entre as idades de 18 e 24 anos. Os níveis de conflito localizado alegadamente aumentaram no período antes da eleição, relacionados à política mas também relacionados a despejos obrigatórios e outras questões relacionadas à propriedade. Os respondentes também exprimiram temor que as condições económicas correntes não melhorariam; temor das autoridades e dos informantes poderosos, que atestam a um padrão de autoridade no país que foi marcado pela violência, incluindo a violência pelas forças de segurança e pelo partido dirigente; e um temor profundo que a imprevisibilidade do passado continuará – mesmo se estivesse ou não estivesse relacionado com as eleições. Também houve um sentido de impotência, uma falta de capacidade de alterar ou influenciar os acontecimentos liderando às eleições e por isso os resultados.

O Governo angolano chama-se o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (incluindo os ministros e deputados da UNITA; professores da UNITA e enfermeiras na função pública, etc), um termo derivado do Protocolo de Lusaka de 1994. A reconciliação nacional ficou a ser o mantra do Governo, bem como um lema para as actividades do sector privado – um lema que está sempre presente nos meios de comunicação social controlados pelo Governo. De qualquer modo, o discurso da ‘reconciliação nacional’ em Angola até agora não tem tido nenhum significado verdadeiro ou expressão prática; tem sido limitado ao desenvolvimento de um consenso político entre os dois partidos, como foi evidenciado pelo conferimento das vantagens económicas entre os elites políticos. Além disso, a reconciliação não foi passada ao nível comunitário. Enquanto os elites políticos troquem favores económicos, Angola enfrenta uma crise humanitária severa devido ao crescimento exponencial do número de desempregados, deslocados, e pobres, limitando os benefícios da ‘paz’ e apresentando uma ameaça à consolidação da democracia. Até a profundidade da própria adopção da reconciliação pela UNITA e seus motivos para fazer isto continuam a ser incertos, e não é claro o nível de profundidade do suposto consenso da unidade que penetram nas estruturas dos dois partidos.

Agora é uma crença comum na sociedade angolana geral que a reconciliação é antes de tudo um processo que realiza-se ao micro-nível, com a ajuda das igrejas, exprimida frequentemente pela frase ‘*somos todos irmãos.*’ A maioria da população angolana foi severamente afectada pela guerra e como resultado, o temor e a falta de confiança são agora incorporados em relações entre angolanos.²⁷ A situação é agravada pelos valores culturais que obstaculam a expressão de dor e luto. Embora a guerra e as suas consequências fossem extensivamente descritas, os traumas individuais e o sofrimento colectivo quase não são mencionadas em privado ou em público.²⁸ Além do micro-nível, os respondentes reenfatizaram que a reconciliação nacional deve ser focalizada sobre a justiça social. Em termos concretos, isto foi exprimido como:

- nenhuma renovação da guerra;
- serviços básicos;
- segurança aos níveis doméstico e comunitário; e
- emprego.

A um nível comunitário, os respondentes indicaram a existência de alguns intervenientes chave que trabalham sobre o aprofundamento da reconciliação, bem como a democratização. Ao nível comunitário, é importante observar que a reconciliação comunitária ad-hoc orgânica já acontece numa maneira muito privada, mas é também a este nível que a ocorrência da violência aumentou, especialmente a violência política relacionada com a fase pré-eleitoral. Os processos de reconciliação ad-hoc existentes precisam de ser aprofundados adicionalmente ao nível familiar, através de igrejas, catequistas, líderes da sociedade civil, e líderes tradicionais (conhecidos localmente como *Sobas*). Na ausência da administração local em áreas vastas do país, estes intervenientes desempenham um papel fundamental como árbitros do conflito. Mas muitos poucos estudos foram feitos sobre como estes processos devem acontecer e como têm estado a acontecer durante os passados cinco anos. Quase nenhuns dados existem.

Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)

O MdE de Luena representou a terceira vez que Angola tentou um processo de DDR num esforço a consolidar uma paz sustentável. Os dois processos de paz anteriores foram o resultado de resoluções negociadas e apelaram para a participação da ONU no Processo de DDR. O MdE de Luena é diferente dos esforços anteriores de alcançar a paz, porque resultou da vitória militar decisiva do MPLA e porque o Processo de DDR consequente foi dirigido e financiado pelo Governo angolano, com nenhuma provisão para a monitoria ou verificação formal por terceiras partes.²⁹ Uma Comissão Conjunta Militar (CCM) composto por representantes do Governo, da UNITA, da ONU e da Troika, foi estabelecida para monitorar e avaliar a implementação de todas as questões pendentes do MdE.³⁰

As fases iniciais do Processo de DDR foram caracterizadas por uma subavaliação grossa do número de soldados da UNITA que procurariam benefícios e programas não realistas para o desarmamento, resultando em grandes números de ex-combatantes não receberem pacotes de reintegração, subsídios de reinserção, ou treinamento financiado pelo Governo.³¹ Além disso, somente quatro meses depois do início do Processo de DDR, a CCM anunciou que os componentes de desmobilização e desarmamento do programa tinham sido completados, mas grandes números de ex-combatantes ainda não foram registados e continuaram a chegar nas áreas de acantonamento e recepção muitos meses depois.³²

Um dos focos principais do programa de reintegração em Angola foi composto pela melhoria dos benefícios e oportunidades oferecidos aos soldados que tinham sido desmobilizados do serviço activo; mas a implementação de programas socioeconómicos de reintegração procedeu com muitas dificuldades. Estes programas foram obstaculados pela falta de fundos e capacidade institucional, pelo nível dos esforços de reintegração, e pela incapacidade das instituições governamentais e parceiros internacionais de concordar-se.³³ O Programa Angolano de Desmobilização e Reintegração (PADR), que é financiado pelo Governo, geralmente reconhece que o processo ‘deve ser implementado em estreita coordenação com as administrações local e provincial para assegurar que todas as actividades com foco sobre os ex-combatantes continuam a ser consistentes com as actividades de integração globais ao nível local.’³⁴ Mas, em prática, o programa parece depender inteiramente sobre as agências governamentais centrais com direcções descentralizadas nas províncias, e sobre ONGs como parceiros de implementação. Além disso, a política de reintegração reduziu cada vez mais o seu grupo alvo e benefícios, que esgotou a capacidade das organizações implementadoras locais.

A prioridade do PADR tem sido de redesenvolver a produção agrícola nas áreas rurais que foram mais afectadas pela guerra, como uma opção de emprego para soldados que desejam mudar de carreira e como uma forma de evitar um êxodo das áreas rurais às áreas urbanas. Nas áreas rurais, onde a maioria dos ex-combatantes tinham regressado, frequentemente houve uma grande variedade de esquemas de reintegração estabelecidos no entanto pelos grupos locais da igreja ou ONGs. De qualquer modo, estes projectos podiam somente atender às necessidades de alguns soldados desmobilizados, e ofereceram ajuda limitada e alguns benefícios. Quando o programa nacional mais

extensivo foi finalmente formalizado, em muitos casos todos os soldados desmobilizados queriam registar. Mas, o PADR não só desqualifica os ‘antigos casos’ de ex-combatantes que tinham sido desmobilizados no contexto dos dois anteriores processos de paz, mas também soldados que foram recentemente desmobilizados mas que já tinham beneficiado de um outro projecto de reintegração.³⁵

Apesar da abordagem do Governo, a reintegração social, económica, e política das facções diferentes de soldados continua a ser uma prioridade urgente.³⁶ Este sentimento foi repetido pelas pessoas entrevistadas em Angola, que enfatizaram que os aspectos socioeconómicos e culturais de reintegração determinariam o êxito ou fracasso dos esforços de reintegração. Observaram que as várias facções inevitavelmente fariam parte de novamente constituídas ‘comunidades no processo de ser estabelecidas’ e terão de aprender a entender-se umas às outras e aprender os seus papéis e responsabilidades específicos dentro da nova comunidade. Como um entrevistado disse, ‘Temos de aprender onde é o nosso lugar nestas novas comunidades.’ Este entrevistado fez uma ligação adicional entre o processo de reintegração e cidadania, uma ligação que segundo ele podia ser feita somente através da reconciliação.

O PADR também excluiu os seguintes grupos de benefícios directos: mulheres casadas a ex-soldados; mulheres e raparigas casadas e não casadas que trabalhavam em funções de apoio para as forças armadas; mulheres abandonadas pelos seus maridos soldados; mulheres que decidiram deixar os seus soldados maridos; e viúvas militares. O foco do programa sobre homens combatentes presumiu que todas as mulheres associadas com as Forças Armadas - com a possível excepção de mulheres combatentes – eram dependentes dos homens, que os recipientes masculinos utilizariam os seus benefícios nos interesses de todo o agregado doméstico, e que não haveria um abuso dos benefícios. Houve também uma presunção que o trabalho feito pelas mulheres não-combatentes que tinham sido sequestradas pelas forças armadas para servir como criadas, cozinheiras, ou mulheres dos combatentes não podia ser classificado como o trabalho de soldados.

Como resultado destas presunções, o apoio para a desmobilização foi disponibilizado primariamente aos homens ex-combatentes, com mulheres e raparigas apenas terem o direito a receber ajuda se foram reconhecidas como ex-combatentes ou se tinham uma ligação oficial ou ‘de boa vontade’ com a família de um soldado. A aceitação e ajuda comunitária das mulheres soldados retornadas parecia ser dependente da sua aceitação por um membro de uma família na área de retorno, ou que retornaram com um marido. De qualquer modo, uma grande percentagem de mulheres jovens com maridos foram depois abandonadas por eles quando eles retornaram às suas áreas de origem. As mulheres que tinham sido sequestradas pela UNITA também enfrentaram o problema se deviam ou não deviam deixar os seus maridos da UNITA e regressar às suas casas de origem, onde arriscaram a rejeição social.³⁷

Segundo os estudos conduzidos pela organização Human Rights Watch, programas de DDR também discriminaram contra crianças soldados, muitas de quais realizavam as mesmas tarefas que os adultos durante o conflito. Enquanto os adultos combatentes receberam bilhetes de identidade, pacotes de reinserção e ajuda alimentar do Governo,

muitas crianças soldados foram excluídas do processo de desmobilização, recebendo somente um bilhete de identidade e ajuda alimentar. Além das durezas da guerra, crianças soldados foram privadas de oportunidades educacionais, e oportunidades profissionais e desenvolvimentais.³⁸

Nenhuma provisão foi feita no programa de DDR para desarmar civis, e estudos mostraram que 10 por cento das armas não recolhidas continuam a ficar nas mãos dos civis. Dado o aumento na violência doméstica e localizada, a presença continuada de armas entre a população civil representa uma ameaça urgente à segurança.³⁹

Sistema de Justiça Criminal

A estrutura legal em Angola dá cidadãos protecção legal ao abrigo de uma série extensa de direitos políticos, civis, sociais e económicos, bem como garantias constitucionais para o direito a procurar recurso, caso estes direitos forem violados. Mas há uma lacuna grande entre os direitos constitucionais conferidos ao povo e o próprio cumprimento de tais direitos. Angola é uma sociedade muito desigual, onde a discriminação e a corrupção têm sido rampantes em muitas esferas da vida social, política e económica.⁴⁰ E acesso à justiça continua a ser um problema crítico num país marcado pela impunidade e por violações generalizadas de direitos humanos. As pessoas entrevistadas citaram alguns casos onde a polícia e as forças armadas foram processadas pelos tribunais, com acusações de violência contra civis, incluindo assassinatos.

O primeiro e mais urgente desafio ao acesso à justiça em Angola é que não há uma tradição de usar o sistema formal dos tribunais. Os angolanos alegadamente têm dúvidas sobre o uso de estruturas legais formais e os níveis de confiança no sistema formal legal são geralmente baixos. Historicamente, a maioria vasta dos conflitos foram resolvidos através de estruturas locais de resolução de conflitos, especialmente ao nível das aldeias. Os idosos e homens proeminentes no ambiente local são dados a responsabilidade de encontrar soluções aos conflitos. Onde esses esforços não são bem sucedidos, a população normalmente leva a questão aos tribunais formais como um segundo recurso de apelos. Isto aplica-se especialmente à população em Luanda, que são os únicos que têm acesso aos tribunais em qualquer sentido significativo da palavra.⁴¹ Durante a guerra, os tribunais quase não funcionaram e hoje, as barreiras chave de acesso continuam a incluir a falta de informação, a falta de proximidade física aos tribunais, custos financeiros elevados, e barreiras linguísticas. Os tribunais eles mesmos são severamente constringidos por uma falta de recursos humanos, técnicos e financeiros e um ou dois juizes frequentemente servem milhões de pessoas. De qualquer modo, em muitas áreas, os tribunais municipais, o primeiro ponto de entrada ao sistema legal, quase não funcionam.⁴²

Mecanismos Tradicionais da Justiça

Em Angola, os líderes tradicionais são considerados como idosos da comunidade que desempenham um papel activo em administrar suas comunidades. *Sobas* tradicionalmente tratam de uma multidão de questões da governação local, incluindo a administração e gestão de terras, em conjunto com os idosos da aldeia.⁴³ A distinção entre a estrutura tradicional de governação e a estrutura formal tornou-se indistinta durante as últimas

décadas; nalgumas áreas, os *Sobas* constantemente perderam poder, enquanto em outros, ficaram a ser os empregados do Governo.

Um desenvolvimento recente neste respeito é a co-opção pelo Governo dos *Sobas*, através de dá-los batas e salários. Nos olhos de alguns respondentes, isto contribuiu ao aumento de conflitos ao nível local como, afim de servir as suas funções, os *Sobas* devem continuar a ser imparciais e não devem ser afectados pelas pressões políticas, mas agora em várias áreas são considerados a ser intervenientes partidários. O salário pago pelo Governo é um ponto de contenção específico. Durante a semana da avaliação do país, uma conferência nacional sobre o papel das autoridades tradicionais foi convocada pelo Governo. Pouca claridade saiu do encontro e parece que foi mais um estratagema político pré-eleitoral.

Apesar disto, em Angola pós-conflito, as autoridades tradicionais retêm uma forte importância simbólica. Muitas pessoas consideram o *Soba* a ser a mais importante pessoa na comunidade, enquanto reconhecem que em prática os poderes do *Soba* ficam a ser cada vez mais limitados.⁴⁴ Mas as entrevistas feitas no país revelaram que muitos poucos estudos foram feitos sobre abordagens indígenas à resolução de disputas e conflitos mais sérios. O Ministério da Justiça actualmente está no processo de preparar um estudo em grande escala sobre como incorporar mecanismos alternativos à resolução de conflitos, tal como a mediação e conciliação, no sistema legal formal de Angola. Os *Sobas* podem estar numa posição sem igual de tomar algumas destas responsabilidades caso forem formalmente institucionalizados, mas estudos adicionais são necessários para apoiar este esforço.

Envolvimento Militar e Político da África do Sul em Angola durante Apartheid

As incursões militares pela África do Sul em Angola nos anos 1970 e 1980, bem como seu apoio à UNITA, são memórias distantes para a maioria dos angolanos. Isto é em parte porque estas incursões estavam limitadas às províncias do sul (rural) de Cunene e Cuando-Cubango mas também porque a guerra generalizada que assolou todo o território nacional e especialmente as áreas urbanas pós-1992 foi de uma intensidade e escala incomparável à primeira fase da guerra civil entre 1975 e 1992. Isto não significa que os danos infraestruturais em grande escala provocados pelas Forças de Defesa Sulafricanas (South African Defense Force - SADF) durante este período não tinha um impacte duradouro, mas isto era nada em comparação com o que aconteceu depois. Vários dos respondentes apontaram que os dois ciclos de guerra de 1992-1994 e de 1998-2002 foram de uma diferente magnitude, intensidade e devastação, provocando níveis de ferimentos incomparáveis ao período anterior. Isto continua a ser a memória mais recente do do povo a respeito do período da guerra .

Existe também um entendimento e apreciação (principalmente entre os generais militares) da natureza geoestratégica da guerra civil angolana conduzida principalmente durante o período da Guerra Fria. As incursões militares sulafricanas em Angola (bem como o despacho de 50,000 tropas cubanas) fizeram parte integrante deste contexto global mais geral. Quando foram perguntados sobre a sua percepção da inclusão das

incursões pelas SADF no mandato da CVR na África do Sul, os respondentes rejeitaram a ideia completamente; não viram nenhum valor em seguir esta linha de acção. Como foi exprimido por um dos respondentes: *‘A transformação da África do Sul de um regime de apartheid a uma democracia constitucional é reparação suficiente.’*⁴⁵ A pergunta foi inevitável – onde devemos descrever os limites em abordar passados abusos de direitos humanos?

Esta atitude ao papel das SADF na guerra angolana é consistente com o ponto de vista mais generalizado dos angolanos, que não estão interessados em revisitar ou lembrar-se do passado, mas em vez a ênfase é sobre a construção do futuro, que por sua vez reforça a mensagem central do Governo do MPLA – a reconciliação e reconstrução. A África do Sul é considerada a ser uma parceira muito importante para Angola, e os dois países podem ganhar muito através de relações cooperativas estreitas dentro da estrutura da SADC e de uma abordagem regional económica. Por isso, muito mais interesse foi exprimido em desenvolver as relações bilaterais entre os dois países no contexto actual, com uma consciência perspicaz do ambiente político em mudança na África do Sul e como isto pode assinalar relações melhoradas entre os dois países.

A falta de interesse num processo de tipo CVR para Angola é adicionalmente reforçada pelo entendimento dos respondentes das diferenças chave entre o conflito em Angola e na África do Sul. Na África do Sul, a guerra tinha sido na maior parte escondida e o descobrimento da verdade foi uma etapa importante para a reconciliação nacional: a identificação de agressores e vítimas (conforme a sua percepção) foi uma tarefa clara e relativamente simples, com um agressor principal. Em Angola, quase toda a gente estava envolvida na guerra e é difícil separar agressores ou vítimas. Acrescentado a isto é o sentido esmagador do ‘cansaço nacional de guerra.’

Alguns dos respondentes tinham experiência pessoal de trabalhar com os comandantes do ANC nos campos do ANC em Angola antes de 1990. Estes campos foram independentes e estavam inteiramente sob o controle do ANC e os respondentes informaram que não tinham nenhum conhecimento de abusos de direitos humanos dentro dos campos. De qualquer modo, foi reconhecido que foi uma guerra guerrilheira, que inevitavelmente traz os seus próprios abusos de autoridade.⁴⁶

Recomendações

1. Prestar apoio às agências governamentais apropriadas para engajar com as ligações entre traumas passados e presentes

O Ministério da Família e Promoção da Mulher manifestou um desejo de ser mais proactivo em apoiar trabalho psicossocial e de cura que trata-se da interacção de traumas de guerra a longo prazo e de traumas de violência mais recentes. De qualquer modo, apesar do interesse do ministério em engajar com traumas a longo prazo, ainda há um temor subjacente de reabrir feridas que são profundas. Na altura das entrevistas, o temor dos angolanos a respeito das eleições recentes estava profundamente ligado com as suas experiências anteriores com expectativas não cumpridas. Isto é talvez a razão mais importante porque o povo resiste falar da guerra, por causa do temor que este acto

simples trará antigas animosidades, falta de confiança e recriminação. No entanto, não há um reconhecimento das perdas. Enquanto o povo talvez não quer falar publicamente num processo a nível nacional, segundo um respondente, é imperativo criar um ‘espaço para memórias’. Actualmente um tal espaço não existe. Além disso, é só uma ‘história de homens’ – as dimensões de género no que se diz respeito à perda e trauma são completamente ignoradas.

Ligado com isto, existe a necessidade para a sensibilização e educação ao nível do Governo, mas também através da sociedade angolana, sobre questões baseadas na violência contra o género. Isto relaciona-se a traumas não resolvidos que parecem manifestar-se em espaços domésticos, mas também uma consciência crescente da forma em que esta violência está relacionada ao género – um debate que parece ser escondido actualmente pela caracterização da violência como a ‘violência doméstica’. A impressão que esta violência é ‘contida’ a este nível também aponta à necessidade para um entendimento dos danos que o legado do conflito pode trazer se este assunto não é resolvido; o trauma disto pode ser passado às próximas gerações e provocará futuros ciclos de violência.

A equipe de avaliação no país concluiu que o Ministério da Família e Promoção da Mulher será um potencial parceiro governamental importante com a qual se pode começar a abordar a fonte desses traumas. A equipe de avaliação também concluiu que o sector da justiça transicional pode acrescentar maior valor aos esforços do Ministério através de ajudar o Ministério a ver as ligações entre passados traumas e traumas correntes numa forma que é segura e não ameaça a recém-estabelecida estabilidade do país. A sociedade civil pode também desempenhar um papel importante de advocacia e lobbying para promover o diálogo como um elemento importante da reconciliação.

2. Colaborar com organizações comunitárias sobre pesquisas de mecanismos locais de resolução de conflitos

Os espaços chave para o trabalho de reconciliação foram abertos ao nível comunitário, especialmente pelas organizações religiosas. De qualquer modo, o modelo da resolução alternativa prevalecente de conflitos (ADR) que é usado pelas ONGs estrangeiras foi importado do Ocidente e implementado em Angola sem adequadamente examinar os mecanismos locais de resolução de conflitos. As muitas poucas organizações que realizaram a formação sobre a resolução de conflitos ao nível comunitário não precederam suas intervenções com estudos de referência apropriados – assim faltando as extremamente importantes abordagens indígenas à resolução de disputas e conflitos mais sérios.

Muitos mais estudos precisam de ser realizados antes de considerar e implementar estes tipos de intervenções de ADR. Estudos pilotos devem ser realizados em províncias diferentes, incluindo pelo menos uma área peri-urbana e rural, para procurar saber os processos de resolução de conflitos locais e indígenas antes de considerar usar formação sobre abordagens de ‘estilo ocidental’. Adicionalmente, é necessário ajudar estas

organizações a desenvolverem a sua capacidade para recolher e analisar dados para ajudar a informar as abordagens para com a resolução de conflitos. A equipe de avaliação no país identificou a organização *Development Workshop* como um parceiro ideal para este tipo de colaboração, porque já desenvolveu materiais de base e programas para a formação sobre a resolução de conflitos e prevenção de violência e tem uma alta credibilidade bem como um impacte extenso.

Com respeito às iniciativas de reconciliação com base na educação, Save the Children seria um parceiro ideal para projectos em Angola. O programa 'Revisiting the Future' de Save the Children focaliza-se sobre abordar a falta de acesso à educação e desenvolver um novo modelo de educação sobre as 'culturas da paz' a uma idade muito jovem.

Estudos adicionais devem também ser conduzidos para suplementar o estudo do Ministério da Justiça angolano sobre a incorporação de mecanismos alternativos para a resolução de conflitos no sistema legal formal de Angola. A necessidade para estes estudos é uma função dos níveis crescentes de conflito comunitário, bem como a ausência do judiciário em áreas grandes do país. Mais estudos são igualmente necessários sobre *Sobas* – experiência noutras situações africanas pós-conflito manifesta que são estas estruturas que são as mais relevantes e utilizadas pelas comunidades locais, mas também foram as mais frequentemente corruptas ou enfraquecidas através de politização e conflito. Estudos são necessários sobre como as comunidades reintegraram, quais estruturas utilizaram para gerir o conflito e resolver ou minimizar as áreas susceptíveis à violência e como as estruturas locais podem ser reforçadas e democratizadas para aumentar o acesso à justiça enquanto também contribui ao estabelecimento de uma cultura de direitos humanos.

3. Melhorar a capacidade de recolha de dados

A ausência de dados socioeconómicos – ou dados de referência em geral - e a falta severa de capacidade para recolher estes dados é um desafio imenso. A falta de dados impossibilitou a compilação do relatório de 2008 pelo PNUD sobre o progresso das Metas de Desenvolvimento do Milénio para Angola. Embora uma pesquisa grande de agregados domésticos está ser conduzida pelo Governo (com o Instituto Nacional da Estatística), o PNUD não antecipa que os resultados serão emitidos antes do fim do primeiro trimestre de 2009. O resultado é que nenhuma simples agência ou organização em Angola tem dados ou estatísticas específicas da população ou indicadores socioeconómicos.

Isto também tem um impacte sobre a capacidade de cumprir com as necessidades de dar reparações às vítimas e no entendimento destas necessidades e desejos. Estudos gerais – e que contribuem ao reforço da capacidade de pesquisadores locais – são necessários para documentar os níveis de trauma, experiência de conflito, níveis de violência baseada no género, necessidades para a justiça, e mais. Trabalho deve também ser conduzido sobre a questão de reparações – isto é um direito legal das vítimas de violações grossas de direitos humanos, mas não foi mencionado pelos respondentes durante a pesquisa.

Desafios

A repressão governamental da sociedade civil e seu encerramento do gabinete do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, criou constrangimentos grandes e perguntas sobre quanto espaço político e operacional as ONGs terão para funcionar. Entrevistas com certos respondentes revelaram que tal espaço foi limitado e estreito. Existem divisões na orientação das organizações angolanas da sociedade civil; algumas actuam como as porta-vozes virtuais da política governamental e outras estão bastante interessadas em engajar com as questões da justiça transicional. Isto significa que será um desafio procurar parceiros apropriados para a justiça transicional dentro do país. Além disso, a abordagem de ‘perdoar e esquecer’ do Governo no contexto pós-guerra significa que os programas e iniciativas formulados para abordar os traumas e injustiças sofridos durante a guerra serão resistidos. Tais programas ganhariam mais tracção e apoio se fossem descritos em termos da justiça social e desenvolvimento, ou como tratamento do trauma actual, que está mais em conformidade com a abordagem governamental de ‘reconstrução’ para com a reconciliação pós-guerra.

A barreira linguística apresentará um desafio para o trabalho no contexto angolano. A maioria dos respondentes neste estudo não podiam falar inglês, e até os com boas habilitações inglesas frequentemente não tinham o vocabulário técnico para engajar em debates de conteúdo relevante.

1^o Apêndice: Composição da Missão a Angola

Equipe de avaliação do país

Adèle Kirsten, Directora Executiva, CSVR (parceiro institucional principal)
João Gomes Porto, University de Bradford, UK (assessor)
Eunice Ignácio, Development Workshop (parceiro no país)

Pesquisadores

Ashley McCants, CSVR
Glen Mpani, CSVR

Notas e Referências

¹ Guus Meijer, ‘Introduction lessons from the Angolan Peace Processes’ em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process*, ed. Guus Meijer (Conciliation Resources, 2004), <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/introduction.php>

² Guus Meijer e David Birmingham, ‘Angola from Past to Present’ em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process*, ed. Guus Meijer (Conciliation Resources, 2004), <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/past-present.php>

³ Vivi Stavrou, *Breaking the Silence: Girls Forcibly Involved in the Armed Struggle in Angola* (Christian Childrens Fund, 2006), http://www.crin.org/docs/Angola_CIDA_Full_Report.doc

⁴ Hector Igbikiwubo, ‘Angola: Petroleum Production – Country Beats Nigeria Again,’ *AllAfrica.com*, 16 de junho de 2008.

⁵ Tony Hodges, ‘The Role of Resource Management in Building Sustainable Peace,’ em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process (Da Paz Militar à Justiça Social?)* (Conciliation Resources, 2004).

⁶ Ibid.

⁷ Angola Press Agency, ‘Angola: Country Admitted as OPEC Member’ (Agência de Imprensa de Angola) (2006).

⁸ Transparency International, Corruption Perceptions Index (Transparência Internacional, Índice de Percepções de Corrupção) (2008).

-
- ⁹ Banco Mundial, Building Capacity for Better Results, 'Angola Interim Strategy 2007-2009' (2005).
- ¹⁰ Hodges, supra nº 4.
- ¹¹ Meijer e Birmingham, supra nº 2.
- ¹² Carlinda Monteiro, 'Peace and Reconciliation' em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process*, ed. Guus Meijer (Conciliation Resources, 2004), <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/contents.php>
- ¹³ Há estimativas muito variadas do número de crianças órfãos como resultado do conflito; a UNICEF informa que há mais de 100,000 e o Fundo Cristão da Criança informa que há mais de 1 milhão. Estas discrepâncias elevadas salientam a falta de dados demográficos no país. Veja, <http://www.christianchildrensfund.org/content.aspx?id=170> e <http://www.unicef.org/angola/protection.html>
- ¹⁴ 'Angola: Humanitarian Country Profile.' *IRIN Humanitarian News and Analysis*. Março de 2007. <http://www.irinnews.org/país.aspx?CountryCode=AO&RegionCode=SAF>.
- ¹⁵ Variam extensamente as estimativas do número total de crianças recrutadas à força para ser soldados e pessoal de apoio para as Forças Armadas. Como muitos soldados chegaram à idade maioritária durante o curso da guerra, a maioria das estimativas, que estão baseadas no número de Crianças Soldados que estavam envolvidas em programas de desmobilização, ainda não reflectem o número total de crianças que estavam envolvidas no conflito durante o período de 27 anos.
- ¹⁶ Human Rights Watch, *Forgotten Fighters: Child Soldiers in Angola* (2003).
- ¹⁷ Stavrou, supra nº. 3.
- ¹⁸ UNICEF Angola Country Profile (2008), <http://www.unicef.org/angola/educação.html>
- ¹⁹ Ibid.
- ²⁰ Angola Landmine Monitor Report 2007 International Campaign to Ban Landmines (Campanha Internacional para Banificar Minas Terrestres), <http://www.icbl.org/lm/2007/angola.html>
- ²¹ Henda Ducados, 'Angolan Women in the Aftermath of Conflict,' em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process*, ed. Guus Meijer (Conciliation Resources, 2004); Krishna Kumar, 'Women and Womens Organizations in Post-conflict Societies: The Role of International Assistance,' (Center for Development Information and Evaluation, United States Agency for International Development – Centro para a Informação e Avaliação sobre o Desenvolvimento, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).
- ²² Ducados, supra nº. 21.
- ²³ Ducados supra nº. 21.
- ²⁴ IFAD, 'Angola – A Review of Gender Issues in Support of IFAD's COSOP Formulation Process and Field Diagnostic Study' (IFAD Report No. 1328-AO, 2002); Ducados supra nº. 21.
- ²⁵ Protocolo de Lusaka. Lusaka, Zâmbia. 15 de novembro de 1994.
- ²⁶ Memorando de Entendimento de Luena: aditamento ao Protocolo de Lusaka para a cessação de hostilidades e a resolução das questões militares pendentes ao abrigo do Protocolo de Lusaka. Luena, Angola. 4 de abril de 2002.
- ²⁷ Carlinda Monteiro, 'Peace and Reconciliation,' em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process*, ed. Guus Meijer (Conciliation Resources, 2004).
- ²⁸ Ibid.
- ²⁹ Ibid.
- ³⁰ J Gomes Porto, Imogen Parsons e Chris Alden, *From Soldiers to Citizens: The Social, Economic and Political Reintegration of UNITA Ex-combatants*, (Pretoria: ISS Monograph Series No. 130, 2007).
- ³¹ Nicky Hitchcock, 'Disarmament, Demobilisation & Reintegration: The Case of Angola' (ACCORD, 2003).
- ³² Porto et al., supra nº. 31.
- ³³ Ibid.
- ³⁴ World Bank (Banco Mundial) 2003, parágrafos 21, 91 e 92
- ³⁵ Bonn International Center for Conversion e Institute for Security Studies, *Sustaining the Peace in Angola: An Overview of Current Demobilisation, Disarmament and Reintegration* (2003).
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ Stavrou, supra nº. 2.
- ³⁸ Human Rights Watch, supra nº. 17.
- ³⁹ Bonn International Center for Conversion e Institute for Security Studies, supra nº. 37.
- ⁴⁰ Elin Skaar José Octávio Serra Van-Dúnem, Instituto Angolano de Pesquisa Económica e Social, *Courts under Construction in Angola: What can they do for the Poor?* (2005).
- ⁴¹ Ibid.
- ⁴² Ibid. Há, de qualquer modo, um outro órgão de resolução de conflitos, através de qual o povo pode apresentar as suas queixas: a Comissão dos Direitos Humanos, que foi estabelecida pelo executivo e localizada na Assembleia Nacional. A Comissão trabalha geralmente sobre os direitos humanos e direitos civis, presta conselhos sobre uma vasta gama de assuntos, tais como as questões ligadas à posse de terras, direitos à habitação e violação de direitos laborais. Também presta ajuda legal gratuita. A Comissão trata de entre 200 e 300 casos por ano, que representa a maioria dos casos que são tratados.
- ⁴³ Carolina Cenerini (2008) Access to legal information and institutions "Tales from Angola: SAN LAND RIGHTS IN HUILA PROVINCE"

⁴⁴ Porto et al., supra n.º 31.

⁴⁵ A referência à reparação aqui é interessante, dado o contexto no qual é usado e o facto que não foi mencionado pelos outros respondentes (em termos de reparações individuais para violações passadas de direitos humanos) apesar da sua importância como um instrumento da justiça transicional e uma obrigação da lei internacional.

⁴⁶ O único outro comentário sobre este assunto pelos respondentes (e uma questão comum) foi que os quadros do ANC não queriam engajar em combate em Angola, que não foi considerado como relevante para a sua causa – esta falta de interesse estendeu à recusa de proteger o perímetro dos seus próprios campos.